

Uma em cada sete crianças com microcefalia por zika recebeu atendimento médico completo em 2017

14% receberam os três tipos de atendimentos recomendados; enquanto mais da metade recebia atendimento entre 2015, 2016 e começo de 2017.

[\(Bem Estar, 21/02/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Apenas uma em cada sete (14%) crianças com anomalias por zika recebeu o atendimento completo para a condição no Brasil em 2017.

Os dados se referem ao último boletim epidemiológico do Ministério da Saúde, criado para acompanhar a saúde de crianças brasileiras afetadas pelo vírus.

O período é correspondente às semanas epidemiológicas de 1 a 52 (de 1/1 a 30/12).

No boletim cumulativo divulgado pelo Ministério da Saúde no começo de 2017 (referente ao período de 8/11/2015 a 14/01/2017), mais da metade das crianças recebia atendimento completo: 55,9%.

A diminuição no atendimento já foi observada ao longo do ano pelo G1.

Na ocasião, o Ministério da Saúde disse que houve uma mudança na metodologia e que era possível que os atendimentos anteriores contemplassem crianças com anomalias não associadas ao zika.

Segundo diretrizes da pasta, o ideal é que essas crianças tenham acesso à puericultura, à atenção especializada e à estimulação precoce.

Na puericultura, são feitos atendimentos importantes nos primeiros meses de vida. Nesse serviço, profissionais de saúde acompanham, por exemplo, a

velocidade de crescimento do perímetro encefálico.

Na atenção especializada, crianças devem ter acesso a especialistas específicos para as dificuldades que enfrentam (respiratórias, oftalmológicas, neurológicas, por exemplo).

Já na estimulação precoce, elas frequentam serviços de reabilitação física, intelectual, auditiva, visual, entre outros.

Segundo o boletim do ministério, o Brasil teve 542 casos confirmados de crianças com microcefalia associadas ao zika em 2017. Desses:

- 14% receberam o cuidado completo;
- 18,5% tiveram acesso à estimulação precoce;
- 33,9% tiveram acesso à atenção especializada;
- 37,6% receberam atendimento em puericultura;
- 45,6% receberam algum tipo de cuidado.

No boletim referente a 11/2015 e 01/2017, 55,9% tinham atendimento completo, 64,9% recebiam estimulação precoce, 80,9% tinham atendimento especializado e 72,6% tinham atendimento em puericultura.

O atendimento a crianças com anomalias é complexo e, muitas vezes, dependem de variadas especialidades que não estão concentradas nos mesmos centros.

Em reportagem de setembro de 2017, mães de todo o Brasil contaram sobre as dificuldades de atendimento. Muitas têm dificuldade de locomoção; outras não encontram consulta.

No Rio de Janeiro, Miriam Calheiros, fisioterapeuta motora do Instituto Fernandes Figueira (IFF), falou sobre as dificuldades enfrentadas.

“Essa mãe muitas vezes mora em outro município, chega aqui com fome, pega o transporte cheio. Isso não poderia acontecer, e a fisioterapia é duas vezes por semana”, diz.

Onde houve investimento, no entanto, famílias relataram boas experiências. Foi o caso da criação, em maio de 2017, da Unidade de Pronto Atendimento

Especializado (UPAE) em Ouricuri, no sertão de Pernambuco.

Natimortos, óbitos e abortos

Até o dia 30 de dezembro de 2017, o país tinha 490 casos suspeitos de natimortos (nascido morto na hora do parto) e abortos em investigação.

Desses, 45,3% permanecem em investigação, 16,3% foram descartados e 12,9% foram confirmados. Não foi possível confirmar a infecção em 1,8% e 6,3% foram classificados como prováveis.

Outros 85 casos (17,3%) foram excluídos por não atenderem aos critérios para investigação.

Já em relação aos óbitos, 525 estavam em investigação. Desses, 46,9% ainda permanecem em investigação. Outros 145 (27,6%) foram descartados e 74 (14,1%) foram confirmados.

4% das mortes foram classificadas como prováveis e também outras 4% como inconclusivas. Outros 18 óbitos foram excluídos por não atenderem aos critérios de investigação.

Cumulativo dos casos desde 2015

Entre 2015 e 2017, o Brasil notificou 15.298 casos suspeitos de crianças com anomalias associadas ao zika.

As investigações não foram totalmente concluídas. Segundo o Ministério da Saúde, falta concluir 18,8% dos casos.

Dos casos em que a investigação foi concluída, 3.071 foram confirmados, 6.790 foram descartados, 339 foram classificados como prováveis e 230 foram classificados como inconclusivos.

Ainda, 13% foram excluídos por não apresentarem os critérios para investigação.

Monique Olveira